

Orfandade

O PSD está órfão. Órfão a nível nacional, órfão a nível regional.

A orfandade regional é oficial: o seu líder demitiu-se. Diz o povo que tarde é o que nunca chega, mas creio que, neste caso, a demissão chegou e tardou. Poder-se-á dizer que a constituição do ex-líder do PSD regional como arguido teve interesses políticos associados. É sempre possível fazer leituras políticas. Mas, num Estado de Direito, não podemos supor que a Polícia Judiciária sirva outros interesses que não os da justiça. Também se dirá que a constituição como arguido não é um veredito de culpado e que, pelo contrário, tem todo o direito à presunção de inocência. É verdade. Porém, o plano da intervenção jurídica e o da acção política são diversos. Num ditado também bem conhecido, em política não basta ser é preciso parecer e um arguido não parece inocente, mas culpado. Importa reconhecer que quem está na vida política, pelo poder que detém e pela missão de serviço que aceitou realizar, tem mais deveres e menos direitos que um cidadão comum. Este poderá prosseguir a sua rotina quotidiana, preparando a sua defesa; o político deve afastar-se de imediato para proteger quem serve. Aliás, era também esse o entendimento do PSD quando, pouco tempo antes, havia pedido a demissão de membro do Governo socialista por suspeitas de abuso de poder...

A orfandade nacional decorre de um período de reflexão pós-eleitoral que os partidos que alcançam apenas o segundo lugar (quase sempre) fazem. E não vale a pena a comunicação social continuar a querer rotular a reflexão como “tabu” (afinal, o nosso Presidente anda a reflectir há mais de dois anos se se candidata – depende da existência ou não de mais incêndios, depende da vinda ou não do Papa a Portugal pelas Jornadas da Juventude, depende do resultado do cateterismo – e nunca ninguém se atreveu a classificá-lo como “tabu”). Ainda assim é uma orfandade até ao próximo Congresso em que a liderança, qualquer que seja, assumirá uma nova autoridade.

E é em relação a esta autoridade futura que eu (que nunca fui militante do PSD, mas que me sinto grata e, por isso, devedora, da confiança que o partido uma vez em mim depositou para servir os açorianos) queria hoje escrever, para sublinhar que esta autoridade nasce da confiança de muitos e não do servilismo de alguns.

A adopção de um líder que termine esta transitória orfandade terá de recair em quem, internamente, saiba incluir e agregar, motivar e orientar, e que, externamente, seja capaz de erguer uma bandeira galvanizadora de vontades, a partir da compreensão profunda da realidade presente e de uma visão mobilizadora de um futuro partilhado.

Todos os cidadãos, militantes político-partidários ou não, reconhecem o benefício democrático de uma oposição forte. É o que desejo também a nível regional e nacional.

M. Patrão Neves

www.mpatraoneves.pt